



DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2022.41616>

SEÇÃO: ENTREVISTAS

Ações afirmativas na UFMG: entrevista com Nilma Lino Gomes

Nilma Lino Gomes¹, Rodrigo Ednilson de Jesus²,
Natália Silva Colen³, Silvia Regina de Jesus Costa⁴

RESUMO

2022 é um ano repleto de datas importantes para a Universidade Federal de Minas Gerais e para as políticas de ações afirmativas no Brasil. Neste ano, a UFMG, fundada em 1927, completa 95 anos. O Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas na UFMG, fundado em 2002, completa 20 anos e a Lei nº 12.711, popularmente conhecida como Lei de Cotas e promulgada em 2012, completa 10 anos. Tanto para a UFMG quanto para o Programa Ações Afirmativas e para a Lei de Cotas, foi fundamental a atuação de Nilma Lino Gomes, professora da UFMG e ex-ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, no governo de Dilma Rousseff. Nesta entrevista, a professora Nilma nos revela como seu trabalho na Faculdade de Educação e sua atuação, sempre coletiva, à frente do Programa Ações Afirmativas estabeleceram as bases para as transformações observadas na Universidade nos anos seguintes.

Palavras-chave: UFMG; ações afirmativas; Nilma Lino Gomes.

Como citar este documento – ABNT

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de; COLEN, Natália Silva; COSTA, Silvia Regina de Jesus. Ações Afirmativas na UFMG: entrevista com Nilma Lino Gomes. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 12, e041616, p. 1-23, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2022.41616>.

Recebido em: 13/09/2022
Aprovado em: 28/09/2022
Publicado em: 14/12/2022

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0767-2008>. E-mail: nilmalinogomes@gmail.com

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1900-6205>. E-mail: rodrigoednilson@gmail.com

³ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2302-8562>. E-mail: colennatalia18@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1503-0144>. E-mail: silviarjcosta@gmail.com

Acciones afirmativas en la UFMG: entrevista a Nilma Lino Gomes

RESUMEN

2022 es un año lleno de fechas importantes para la Universidad Federal de Minas Gerais y para las políticas de acciones afirmativas en Brasil. Este año, la UFMG, fundada en 1927, cumple 95 años. El Programa de Enseñanza, Investigación y Extensión Acciones Afirmativas en la UFMG, fundado en 2002, cumple 20 años y la Ley nº 12.711, popularmente conocida como Ley de Cuotas y promulgada en 2012, cumple 10 años. Tanto para la UFMG como para el Programa de Acciones Afirmativas y para la Ley de Cuotas, fue fundamental la actuación de Nilma Lino Gomes, profesora de la UFMG y exministra de las Mujeres, de la Igualdad Racial y de los Derechos Humanos, en el gobierno de Dilma Rouseff. En esta entrevista, la profesora Nilma revela como su trabajo en la Facultad de Educación y su desempeño, siempre colectivo, al frente de Acciones Afirmativas sentaron las bases para las transformaciones observadas en la Universidad en los años siguientes.

Palabras clave: UFMG; acciones afirmativas; Nilma Lino Gomes.

Affirmative actions at UFMG: interview with Nilma Lino Gomes

ABSTRACT

2022 is a year full of important dates for the Federal University of Minas Gerais and for the affirmative actions policies in Brazil. At the present date, UFMG, founded in 1927, turns 95 years old. The Affirmative Action Program at UFMG, founded in 2002, is 20 years old and Law 12.711, popularly known as Quota Law, which was enacted in 2012, is now 10 years old. For UFMG, for the Affirmative Actions Program and for the Quota Law, the performance of Nilma Lino Gomes, UFMG professor and former minister of Human Rights, Racial Equality and Women in the government of Dilma Rouseff, was fundamental. In this interview, Professor Nilma reveals how her performance at the Faculty of Education and her always collective work at the head of Affirmative Actions laid the foundations for the transformations observed at the University in the following years.

Keywords: UFMG; affirmative actions; Nilma Lino Gomes.

ENTREVISTA

Rodrigo: Nilma, primeiramente eu gostaria de agradecer por sua disponibilidade, diante de sua agenda cheia e de tantas atividades. Sílvia Regina e Natália Colen estarão nos acompanhando nesta entrevista realizada no âmbito de uma pesquisa sobre a história das ações afirmativas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Estamos levantando dados qualitativos sobre os estudantes ingressantes, além de realizar entrevistas com gestores e professores da Universidade. Consideramos que a entrevista realizada com você será muito importante, inclusive porque você pode nos ajudar a compreender um pouco mais a história das ações afirmativas da UFMG. Mas antes de entrar propriamente no assunto, gostaríamos que você se apresentasse dizendo qual é o seu vínculo com as ações afirmativas na UFMG.

Meu nome é Nilma Lino Gomes. Sou professora titular da Faculdade de Educação e emérita da Universidade Federal de Minas Gerais. Trabalho no corpo permanente do Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social. Sou também professora voluntária na UFMG, vinculada ao Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação. Fui conselheira da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), reitora pró-tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos no governo da Presidenta Dilma Rousseff. Sou bolsista de produtividade em pesquisa do CNPQ e fui fundadora e coordenadora do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas na UFMG durante o período de 2002 até 2013. Atualmente ainda integro a equipe do Programa, num lugar que eu não sei se sou uma conselheira, se estou em um lugar da mais velha, talvez.

Rodrigo: Emérita.

É. Talvez seja isso. Eu ainda continuo com vínculo com o Programa. E também coordeno o NERA, que é o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Sociais e Ações Afirmativas, o braço de pesquisa do Ações.

Rodrigo: Nilma, quando a gente faz uma pesquisa sobre ações afirmativas na UFMG, o primeiro artigo que identificamos acerca desse tema no Boletim⁵ é de sua autoria, no ano de 2002 – Juliana Santos, inclusive, defendeu uma dissertação⁶ sobre os debates públicos

⁵ Publicação jornalística de periodicidade semanal, editada pela UFMG e que aborda a produção científica e os fatos produzidos pela Administração Central e pela comunidade universitária. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim>.

⁶ SANTOS, Juliana Silva. As cotas raciais em uma publicação jornalística universitária: imagens das relações raciais brasileiras. 2016. 195 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas

em torno das políticas de cotas, a partir dessa publicação. Assim, percebemos que esse artigo foi um detonador das discussões que se desenvolveram ao longo dos outros dez anos, em torno da implementação ou não das políticas de ações afirmativas na UFMG. A gente queria ouvir você sobre esse processo vivido na Universidade.

Eu acho que o debate sobre as ações afirmativas em nossa Universidade se iniciou com a própria aprovação do projeto que deu origem ao Programa Ações Afirmativas na UFMG. Nós concorremos a um edital inédito no final de 2001 e o recurso veio em 2002.⁷ Quando o debate começou no Brasil, muito motivado pela Conferência de Durban⁸, a militância negra utilizou muito os dados da pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) que mostrava o grande abismo racial que existia no Brasil, nas mais diversas áreas e, em especial, na educação. Naquela época, os dados mostravam que nas universidades havia 2% de negras e negros. Isso causou um grande impacto para a militância, porque confirmou as denúncias que o Movimento Negro já realizava. Também mexeu com uma parte de pesquisadoras e pesquisadores que trabalhavam com estatísticas, com dados sobre a educação e sobre as desigualdades no ensino superior, mas que raramente incorporavam o quesito raça/cor. Naquele período, a Fundação Ford, que já destinava verbas para estudos com temática racial, de mulheres etc., fez uma dotação de pesquisa para o Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio (UERJ), que criou um programa chamado Políticas da Cor na Educação Brasileira. O edital aberto pelo Laboratório de Políticas da Cor acolheu propostas de pesquisas e de intervenções que visassem o acesso e/ou a permanência de jovens negros e pobres na Universidade. Então, nesse momento, eu, Luiz Alberto⁹ e um grupo de colegas nos juntamos e concorremos a esse edital. Em 2002, eu estava defendendo minha tese de doutorado e participando das discussões sobre as ações afirmativas em nível nacional. No início, era um projeto de extensão que tinha o objetivo de trabalhar com áreas que nós considerávamos nevrálgicas, que precisavam de investimento acadêmico, para que os estudantes negros e negras, que já estavam na universidade, pudessem ter condições de construir uma carreira acadêmica tão digna quanto os

Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MGSS-A7PPTL/1/dissertacao_final_juliana_santos.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

⁷ O Programa Políticas da Cor, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, lançou, em 2001, o Concurso Cor no Ensino Superior, com financiamento da Fundação Ford, voltado para projetos de acesso e/ou permanência de estudantes negros no ensino superior. Foram recebidas 287 propostas e, ao final do processo seletivo, foram contempladas 27 iniciativas em 16 Estados de todas as regiões brasileiras, sendo que 11 projetos foram de acesso, 09 de permanência e 07 de acesso e permanência.

⁸ “Em 2001, a Organização Nações Unidas promoveu a Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, de 31 de agosto a 8 de setembro, em Durban, na África do Sul. Na ocasião, foram estabelecidas a Declaração e o Programa de Ação de Durban, documentos que instituem a ação da comunidade internacional para combater o racismo” e que estiveram na base da implementação de políticas de ações afirmativas no Brasil e em outros países do mundo. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/conferencia-de-durban>. Acesso em: 25 out. 2022.

⁹ Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, docente da Faculdade de Educação da UFMG, foi Secretário Executivo da Secretaria Especial da Igualdade Racial da Presidência da República (2003-2004).

estudantes não negros. Nós conseguimos um recurso pequeno: sessenta mil reais à época, mas com esse recurso propusemos a realização de cursos de metodologia de pesquisa, elaboração de trabalhos científicos, de projetos de pesquisa científica, leitura e produção de textos acadêmicos, curso de línguas e curso de informática. Naquele período tínhamos jovens negros e negras na universidade que, por exemplo, não tinham acesso ao computador em casa e não sabiam, também, mexer com as ferramentas [da informática]. Nem a Universidade, naquela época, nem o Governo Federal, tinham programas de permanência [voltados especificamente para os(as) estudantes negros(as)]. Nada acontecia. Nas universidades, se dizia assim: “Você entra e se vira. Todo mundo entra aqui pelo mérito e depois cada um segue o seu rumo.” E nós problematizávamos isso: “Não, não é assim. Não é ‘entra aí e depois você se vira’. A universidade tem uma responsabilidade com esses sujeitos que entram via vestibular – na época – e tem uma responsabilidade para não reproduzir desigualdades aqui dentro. E, uma delas é a desigualdade racial”. E a leitura que as pessoas (pesquisadores, gestores e gestoras) faziam dessa desigualdade racial era de que ela estaria subsumida na desigualdade econômica. A Assistência Estudantil, por exemplo, à cargo da Fundação Mendes Pimentel, era pensada como sendo suficiente para garantir a permanência desses estudantes pobres, de um modo geral, e dos negros e das negras que estavam inseridos entre os pobres. Então quando o Projeto Ações Afirmativas propunha uma ação de extensão voltada para estudantes negros, ele problematizava essas e outras questões. Para submeter o projeto, a gente precisava da assinatura da reitora, na verdade de uma carta institucional que encaminhasse o projeto. Nós contamos muito, à época, com a Pró-Reitoria de Extensão, especialmente com Edison Corrêa, que era o pró-reitor, e a Marizinha (Maria das Dores Pimentel Nogueira), que era pró-reitora adjunta. Eles tinham uma perspectiva mais ampliada de extensão e, assim, a Marizinha abraçou, com muito carinho, a ideia do projeto e nos ajudou, dentro da Reitoria, a conseguir a assinatura da reitora. Na tarde do último dia de inscrições eu fui até a sala da Reitoria – eu nunca tinha entrado na sala da Reitoria da UFMG – e no meio de um monte de papéis, ela assinou e me deu. Havia uma resistência, à época, em relação às ações afirmativas. Quando nós fomos aprovados, isso foi um grande *boom*. Porque, além de cursos, nós prevíamos realização de seminários, palestras, conferências. A nossa ideia era inaugurar o debate sobre as ações afirmativas na Universidade, porque isso não acontecia. O debate racial já tinha sido inaugurado antes, mas o debate sobre as ações afirmativas ainda não. Então, foi assim que, com a aprovação, nós realizamos um grande seminário para apresentar um projeto e contamos com a querida, e já falecida, Nilcea Freire¹⁰, reitora da UERJ, que tinha acabado de implementar as cotas. Chamamos também José Jorge de Carvalho¹¹ e Kabengele Munanga.¹²

¹⁰ Nilcea Freire foi, em 2000, a primeira mulher a ocupar o cargo de reitora em universidade pública do estado. Em 2004 foi nomeada ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

¹¹ José Jorge de Carvalho, docente no Departamento de Antropologia da UnB, foi um dos principais articuladores da política de reserva de vagas para negros e das bancas de heteroidentificação na instituição no início dos anos 2000.

O auditório Luiz Pompéu [na Faculdade de Educação, da UFMG] lotou de gente e então começamos. E foi assim que surgiu esse artigo [no Boletim], porque quando o programa foi aprovado, logo os ânimos na UFMG se exaltaram. Ao sair no Boletim uma reportagem sobre a aprovação do programa, muitos diziam: “É racismo. É não sei o quê. Só para estudantes negros...”. Por isso eu escrevi o artigo como uma forma de provocação à universidade. E eu me lembro que, na época, eu pedi para a minha ex-orientadora de mestrado e minha amiga, Eliane Marta¹³, ler aquele artigo. Eu precisava que alguém, das instâncias acadêmicas, que não fosse negro ou negra e que fosse minha amiga lesse aquele artigo com um olhar crítico. E ela leu, fez algumas sugestões e tal, e falou: “Nilma, vá em frente”. E aí eu coloquei aquele título, muito provocada pelo nosso diálogo: “Ações Afirmativas – por que não?”.

Porque todo mundo dizia: “Ah, não pode, não pode”. E eu fiz uma pergunta: “Por que não pode? Por que não? Por que não isso para a UFMG?”. E assim eu publiquei esse artigo que teve uma grande repercussão. Eu recebi vários e-mails [de apoio] e é pena que a gente perde essas coisas. Recebi também e-mails de colegas, que eu nem sabia quem eram, me criticando, falando que a gente estava instituindo um racismo na universidade. Mas você sabe que, naquela época, isso não me assustava? Talvez, porque a gente conhece o que é o racismo, infelizmente, e, também porque eu e o Luiz Alberto, que iniciamos essa conversa, e depois com a chegada de Juarez Dayrell, Cristina Gouveia, Inês Teixeira (in memoriam), Ana Gomes, Cida Moura, Elânia de Oliveira, Aracy Martins, Adriana Pagano, Célia Magalhães, Rildo Cosson e outras(os) colegas, tentamos fazer um projeto que fosse inter-unidades.¹⁴ Assim, ficamos muito bem respaldados. Depois, o trabalho foi encontrar esses estudantes. Porque era tão inédito, assim como nós tivemos negros que aderiram muito rapidamente à ideia, nós tivemos muitos que também eram contrários ou não sabiam que ideia era aquela. Mas os cursos e os temas dos cursos chamaram muita atenção. E foi muito interessante, porque nós tínhamos também estudantes brancos da pós-graduação, da graduação, que iam para as entrevistas e pleiteavam esse lugar também, às vezes com muita arrogância da branquitude, falando que a universidade era pública, era para todos e que a gente não podia fazer aquilo. Mas na época nós tínhamos o respaldo da aprovação em um concurso de uma universidade pública e com recursos da Fundação Ford, em que o foco eram as ações afirmativas. O nosso projeto foi só de permanência, mas outros foram de acesso, de pré-vestibular para negros e pobres e havia também projetos que eram híbridos, de acesso e de

¹² Kabengele Munanga, nascido na República Democrática do Congo, naturalizou-se brasileiro em 1985 e se aposentou como professor titular da Universidade de São Paulo em 2012. É uma das principais referências nacionais no campo de estudos das relações raciais no Brasil.

¹³ Eliane Marta Santos Teixeira Lopes foi docente na Faculdade de Educação e é professora emérita da UFMG.

¹⁴ Juarez Tarcísio Dayrell, Maria Cristina Soares de Gouveia, Inês Assunção de Castro Teixeira, Ana Maria Rabelo Gomes, Aracy Alves Martins, docentes da Faculdade de Educação da UFMG; Adriana Silvino Pagano e Célia Maria Magalhães, docentes da Faculdade de Letras da UFMG; Maria Aparecida Moura, docente da Escola de Ciência da Informação, da UFMG; Elânia de Oliveira, professora do Centro Pedagógico da UFMG; e Rildo José Cosson Mota, pesquisador do CEALE (FaE/UFMG).

permanência. Eu não sei se alguém já fez alguma pesquisa sobre esses projetos, mas acho que seria muito interessante retomar, ir atrás dos coordenadores e coordenadoras para saber o que foi feito. Eu sei que o Ações, se não é o único, é um dos poucos que perdura desde o Programa Políticas da Cor (PPCOR). Eu acho que o que mais se consolidou, academicamente, foi o Ações Afirmativas da UFMG, que deixou, depois, de ser um projeto de extensão. A própria Pró-Reitoria de Extensão nos chamou e falou: “Olha, vocês não são mais de extensão”. Porque a gente começou a desdobrar ações, concorrer a outros editais, então ele foi crescendo. Aí a Pró-Reitoria [de Extensão] nos chamou e falou: “Vocês são um programa, porque vocês têm vários projetos dentro de uma estrutura de extensão”. Aí nós viramos um programa. A gente não queria mais virar programa só de extensão, porque a gente já trabalhava com o ensino e com a pesquisa. Então, veio a ideia de que nós pudéssemos ser um Programa de Ensino, Pesquisa, Extensão, Ações Afirmativas na UFMG. Importante dizer que, no contexto da discussão e da formação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, lá em 2000, e dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, muitas vezes eles não sabiam como é que nos encaixavam porque o nosso nome não era Núcleo de Estudos de Ações Afirmativas (NEAB). E por isso nós viramos grupos correlatos. Eu achei uma ideia interessante, porque não perdia ninguém. Mas eu penso que para uma estrutura do que a gente chama de um NEAB, hoje, o Programa de Ações Afirmativas é um NEAB. Ele é um NEAB que tem características próprias dos NEABs, e tem características de programa, também. Nossa, eu devo ter respondido dez perguntas em uma.

Rodrigo: Maravilhoso. Imagino que para a Silvia e Natália suas respostas fizeram conexões com muitas coisas. Para mim, na verdade, foi um reencontro com muitos desses momentos que eu vivi...

É. Nossa!

Rodrigo: Eu quis trazer o Boletim porque eu acho que esse seu artigo é um marco. E, embora a gente esteja investigando a Lei de Cotas, especificamente na UFMG, cremos que o movimento anterior à Lei de Cotas diz muito sobre o cenário de ação afirmativa em nossa universidade. Por isso, eu queria te ouvir um pouco sobre o processo de aprovação do bônus na UFMG. Como o Ações Afirmativas colaborou para essa aprovação?

Ao longo da década de 2000, assim como o Ações estava se configurando aqui na UFMG, outros Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros também estavam se configurando e se fortalecendo em outras universidades. Talvez tenha sido uma conjunção astral positiva que nós tivemos, porque, naquele período, nós tínhamos um grupo de homens e mulheres negras que estavam terminando os seus mestrados, indo para os doutorados. Nós tivemos um período entre 1994 e 1995, quando eu entrei na Universidade, em que houve outra Reforma da Previdência e muitos profissionais se aposentaram. E naquele contexto foram abertos muitos concursos para professores assistentes, só com o mestrado. Foi assim que eu

entrei, inclusive. Nós tínhamos, naquele momento, um grupo grande de pessoas só com o mestrado e que fizeram o doutorado já atuando como professores e professoras. Quando cheguei à Faculdade de Educação, éramos apenas dez pessoas no Departamento de Administração Escolar, porque muitas vagas estavam desocupadas, já que as aposentadorias foram em massa. Então, chegou um grupo jovem no nosso Departamento, muito vinculado a movimentos sociais, a sindicatos etc. Nós tínhamos muitas pessoas oriundas da Rede Municipal de Ensino, vinculadas à experiência extremamente progressista da Escola Plural em Belo Horizonte. Com isso, criou-se um clima, na medida em que vários intelectuais negros e negras também entraram para outras universidades públicas numa situação semelhante. Assim, penso que o início da organização dos NEABs esteve muito vinculado a esse clima e a esse contexto político de *boom* das discussões sobre as ações afirmativas, com a modalidade das cotas como a mais radical e que mais mexe com as elites meritocráticas. Já havia dentro da universidade um pessoal segurando o debate, mas logo depois foi crescendo. Então, aquele momento também se configurou como a consolidação do que organizamos no início dos anos 90: o 1º Seminário Nacional dos Universitários Negros (SENUN), realizado em Salvador, Bahia. No SENUN a gente discutia a urgência de uma universidade que o povo negro queria. Nós éramos poucos, mas começamos a fazer barulho, porque não queríamos mais ser objetos de pesquisa, queríamos ser sujeitos da pesquisa, sujeitos do conhecimento. E muitos de nós, daquela antiga geração SENUN – como nos chamávamos –, fomos para as universidades. De um modo geral, as lideranças e alguns outros que estavam próximos das lideranças, todos estamos hoje dentro do serviço público, e atuando. O que eu quero destacar, portanto, é que foi um crescente: o Preparatório para Durban; os dados do IPEA; a Conferência de Durban; a Fundação Ford e esse concurso etc. Então isso se espalhou pelo Brasil e começou a tensionar a universidade de dentro para fora. O Movimento Negro já tensionava a universidade de fora para dentro, mas o Movimento Negro, naquela época, tinha poucos quadros de pessoas negras, dentro das instâncias acadêmicas, que pudessem fazer o link com essa luta social histórica. A entrada de pesquisadores e pesquisadoras negras, a constituição dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, a constituição da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros se tornaram o coroamento de uma série de iniciativas, antes mesmo do SENUN, na área da educação. Antes da Lei nº 12.711/2012, havia um projeto que começou a tramitar em 1999, até ser aprovado. Mas já havia um clima no interior das universidades. No caso da UFMG, nossa luta era pelas cotas raciais e, para isso, foram acontecendo negociações e tensões. Aos poucos a gente ficava sabendo: “Ah, a universidade tal implementou as cotas. A universidade tal e o Movimento Estudantil aderiram à luta”. Assim, a demanda inicial de ações afirmativas para a população negra e cotas raciais foi ganhando a adesão dos outros grupos, que antes não ligavam muito para essas demandas ou eram contrários ao recorte racial. Mas foram percebendo que ali, junto com aquele debate de ações afirmativas e cotas raciais para negros e negras, tinha algo muito mais potente: a discussão sobre a democratização do

acesso ao ensino superior para grupos que não tinham acesso [a esse nível de ensino]. E mais, havia um outro debate em torno do ensino superior como direito, coisa que não estava colocada nem na Constituição e nem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996). Aos poucos, a gente foi ampliando. Anteriormente, só o ensino fundamental era visto como direito. Depois foi a educação básica, incluindo a educação infantil e depois o ensino médio. E o ensino superior ficou como uma coisa assim: “Ah, não, ali é o mérito. Ali é vestibular e é para poucos” etc. Então, eu acho que o que nós fizemos foi problematizar o ensino superior como direito e esse é um debate forte. Por isso, eu acho que o Movimento Negro trouxe a discussão das ações afirmativas como uma das formas de combater o racismo na educação, na sociedade, no mercado, na educação básica, no ensino superior, e dentro de um contexto que problematizava a desigualdade racial como eixo estruturante de uma série de outras desigualdades no Brasil. E problematizou o ensino superior. Com isso, outros grupos vieram. Eu lembro que tinha o Movimento Sem Universidade, que era um movimento que tensionou muito o Congresso Nacional pela aprovação da Lei nº 12.711. Nós tínhamos o Movimento Estudantil, de um modo geral, que também pleiteava. E foi assim que o projeto da Lei de Cotas foi galgando as esferas institucionais, ganhando mais adesão e tensionando dentro das universidades. Quando houve a aprovação das cotas raciais na UNEB (Universidade do Estado da Bahia), por uma decisão interna da universidade, e a aprovação das cotas na UERJ, por uma decisão da Assembleia Legislativa, isso deu uma força tremenda para a gente e para todo esse movimento. Aos poucos, uma, outra e outra [universidade] foi implementando. Mas a Universidade Federal de Minas Gerais, nada. Percebemos que a UFMG só iria se mover se ela fosse obrigada. Então, o que o Programa Ações Afirmativas fez? Ele trouxe, à época, todas as pessoas importantes e relevantes do debate sobre ações afirmativas para fazer conversas, seminários e palestras abertas ao público na UFMG. Qual era nossa ideia? “A gente faz uma formação interna de nossos estudantes e uma formação externa para o Movimento Negro, para os movimentos sociais, para a comunidade acadêmica e para todos que quiserem se educar e se reeducar”. E foram debates muito intensos. Rodrigo acompanhou tudo. Foram coisas muito boas, bacanas e tensionamentos que faziam o auditório da FaE (Faculdade de Educação) ficar repleto. Na época, a Reitoria fez um seminário sobre democratização do ensino.¹⁵ E a partir daí começou a fazer algumas mexidas. Mas ela acompanhava muito as instituições resistentes, principalmente a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), que resistiu muito. Nessa época começaram a surgir estudos muito bacanas, como os de Delcele Queiroz e Jocélio dos Santos.¹⁶ Eles trabalhavam com os dados quantitativos e seus estudos mostravam que a diferença de desempenho

¹⁵ O Seminário intitulado “Inclusão Social: um debate necessário?” foi realizado no período de 22 a 24 de novembro de 2006. Uma página na internet, em que pessoas da comunidade interna e de fora da universidade podiam publicar comentários e reflexões, foi criada: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/index.php>

¹⁶ Delcele Mascarenhas Queiroz, professora titular da Universidade do Estado da Bahia, coordenou o Grupo de Pesquisa Educação, Desigualdade e Diversidade. Jocélio Teles dos Santos, professor titular da Universidade Federal da Bahia, foi coordenador do Programa de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos.

entre os aprovados e os não-classificados era muito pequena. Isso tudo Rodrigo, Natália e Silvia, foi uma confluência. Aquele pesquisador do Rio de Janeiro, o José Petruccelli¹⁷, nos ajudou muito com vários estudos e dados estatísticos. A Rita Segato¹⁸ e o José Jorge de Carvalho nos ajudaram muito com toda a discussão sobre o Caso Ari¹⁹ e a forma como esse rapaz foi discriminado lá na pós-graduação em Antropologia. Esse caso, aliás, gerou as cotas na UnB (Universidade de Brasília), que foi a primeira Federal a implementar cotas. Todo esse clima (de debates internos) começou a pressionar a Reitoria [da UFMG]. E aí ela começou a dar respostas. A primeira resposta foi: “então nós vamos democratizar abrindo cursos noturnos”. Abrir mais cursos noturnos na universidade foi considerado pela equipe da Reitoria, à época, uma coisa maravilhosa. Mas a experiência não aconteceu a contento.. Primeiro porque você não abre cursos noturnos assim, só por querer. É preciso estrutura, biblioteca, funcionários. Você tem que ter professores para dar aulas. E a gente não tinha toda essa estrutura. Fora que acontecia uma reação negativa de muitos setores, dentre os quais muitos falaram que não iriam trabalhar à noite e não iriam trabalhar com estudantes de baixa qualidade. Então furou a proposta da Reitoria. E a Reitoria foi pressionada pelo externo e pelo interno. Qual era nossa tensão no interno? Era fazer coisas. Até então o Ações não tinha ido até a Reitoria reivindicar nada. Estávamos fazendo nosso trabalho e impactando. E tudo que a gente fazia, mandávamos convite para a reitora e para a pró-reitora de Extensão. A Extensão sempre ia, sempre estava conosco. Houve uma situação interessante, inclusive, em nosso primeiro seminário, no ano de 2002, com a vinda da reitora da UERJ, Nilcea Freire. Houve um desencontro de informação e a Nilcea me ligou. Na realidade, houve um desencontro da assessoria dela conosco e não nos avisaram que ela poderia vir. Estávamos contando com o fato de que ela não viria. E havíamos convidado a nossa reitora, à época, para fazer parte da abertura do seminário, mas ela não respondeu [se viria]. A Nilcea chegou, nós a buscamos no aeroporto e fomos à cantina da FAE para comer um pão de queijo e, nesse momento, o celular dela tocou. Era a reitora da UFMG convidando-a para ir ao gabinete para ser recebida. E aí ela falou: “olha, eu estou sendo convidada para ir ao gabinete da reitora”. Olhem: ela estava convidando a reitora Nilcea para ir até lá, mas ela mesma não foi ao nosso evento. Talvez porque ir ao nosso evento do Ações Afirmativas na UFMG seria uma demarcação de posição da Reitoria em relação àquele

¹⁷ José Luis Petruccelli foi pesquisador titular da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹⁸ Rita Segato é professora emérita da Universidade de Brasília, onde foi docente do Departamento de Antropologia e nos Programas de Pós-graduação em Bioética e Direitos Humanos.

¹⁹ “O Caso Ari” ocorreu quando Arivaldo de Lima Alves se tornou o primeiro aluno negro do doutorado do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UNB), em 1998. O auge da problemática vivenciada foi a reprovação de Arivaldo em uma disciplina obrigatória, sem motivos justos. Arivaldo conseguiu, através de recursos ao Conselho de Pós-graduação, fazer valer seus direitos e ter sua aprovação garantida. Na época, ele recebeu apoio dos professores e antropólogos Rita Segato e José Jorge de Carvalho, o que foi um passo fundamental para explicitar que a sua reprovação era, na realidade, um caso de racismo dentro da pós-graduação em Antropologia. Isso mobilizou o Movimento Negro e parte da comunidade acadêmica dentro e fora da UnB. De acordo com os professores Rita Segato e José Jorge de Carvalho, o Caso Ari motivou a elaboração do projeto de cotas étnico-raciais na UnB.

tema que, no momento, não tinha uma posição institucional nítida e que estava começando a ser discutido de forma efervescente. Com certeza, a presença da reitora da UFMG traria impactos políticos para a gestão. As decisões que iam pipocando em muitas universidades, com as aprovações de modalidade de cotas – as mais diversas – foram tensionando a UFMG que, inspirada na Unicamp, que lançou a ideia de pontuação adicional, lançou entre nós a ideia do bônus. Naquele momento, o Programa Ações Afirmativas na UFMG fez uma virada política. A gente já tinha convidado todo mundo para falar, o projeto já havia crescido, tínhamos pesquisa, tínhamos estudantes, produção de livro sendo realizada. Então quando houve a aprovação do bônus pelo conselho, nós falamos: vamos lá debater também. Nós resolvemos propor para a Reitoria que ao invés de implementar bônus, se implementassem cotas. E aí resolvemos marcar uma reunião com o reitor. Na época já não era mais a Ana Lúcia Gazzola, era o Ronaldo Pena e a Heloísa Starling [como vice-reitora]. A Heloísa estava mais aberta, e o Ronaldo mais fechado. Então nessa reunião nós apresentamos para o reitor o que aquele grupo de professores estava reivindicando e ele então falou que o CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) já havia aprovado a questão do bônus e não adotaria as cotas raciais, mas abriu a possibilidade de a gente apresentar a nossa proposta para o Conselho Universitário. Ele permitiu que uma pessoa do grupo fosse à reunião do Conselho Universitário apresentar a nossa proposta, uma vez que estariam votando uma proposta de democratização do acesso. À época Antônia Vitória²⁰ era diretora da Faculdade de Educação, era do Ações Afirmativas, e estaria presente na reunião. Ela sabia de colegas que também eram favoráveis, que estavam ficando mais sensíveis ao debate. A palavra era mesmo sensibilidade. Na época surgiu o Movimento dos Estudantes, Movimento Afirmando Direitos (MAD), que a Fernanda Dias²¹ coordenava. O MAD foi super importante pois organizava estudantes do Observatório da Juventude, do Ações Afirmativas, de outros cursos da UFMG, incluindo os estudantes vinculados à Cláudia Mayorga²² e ao Conexões de Saberes. Chegaram à conclusão de que eu deveria ser a pessoa para falar [na reunião do Conselho Universitário] e tínhamos meia hora. Eu me lembro que eu passei a noite com Ana Laborne²³, minha ex-orientanda e grande amiga hoje, estudando os dados que tinham acabado de sair em uma publicação maravilhosa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizada pelo economista Mário Theodoro – [As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil] *120 anos após a abolição*. Eu nunca tinha entrado na sala do Conselho Universitário. Então eu entrei para falar e não falei nada de que nossa proposta era

²⁰ Antônia Vitória Soares Aranha, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, ocupou os cargos de Diretora da unidade e de pró-reitora de Graduação.

²¹ Fernanda Vasconcelos Dias foi bolsista do Programa Observatório da Juventude da UFMG durante sua graduação em Pedagogia entre os anos de 2004 e 2008, período em que coordenou o Movimento Afirmando Direitos (MAD).

²² Cláudia Mayorga, docente da UFMG, coordena o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes e ocupa o cargo de pró-reitora de Extensão.

²³ Ana Amélia de Paula Laborne é professora da Universidade Estadual de Minas Gerais e pesquisadora do Programa Observatório da Juventude e do Programa Ações Afirmativas na UFMG.

sobre cotas. Eu apresentei os dados. Falei da pesquisa do IPEA, falei das nossas lutas, das nossas demandas. O mais interessante é que eu tinha, a princípio, meia hora para apresentar a proposta e quando eu cheguei à recepção, me falaram que o Conselho tinha me dado 15 minutos. Eu fiquei com muita raiva, porque você vai vendo as formas do racismo nos tratar. Me deu vontade de falar: “se for para brincar eu estou indo embora”. Mas depois eu pensei que tinha muita coisa em jogo, muitas pessoas aguardando. Não era uma decisão só da Nilma. Costumo dizer que eu tirei o relógio, coloquei na mesa à minha frente e liguei um motorzinho. Terminei em 15 minutos. E quando terminei, fui aplaudida. Quando saí, me perguntavam: “como foi?”, e eu não sabia nada, porque ninguém falava nada. Eu só via algo nas expressões dos conselheiros: via alguns felizes e outros com ódio. Depois da reunião, voltei para a Faculdade de Educação, pois daria aula à noite na Pedagogia. A reunião do Conselho Universitário entrou pela noite. Eu falei com as minhas alunas assim: “Gente, eu vou deixar o celular ligado, porque está acontecendo uma coisa muito séria, hoje, na UFMG. Pode ser que as pessoas me liguem, e eu vou atender”. Por volta de oito e pouca da noite, Antônia Aranha me ligou. “Nilma, ganhamos.” Gente, eu não acreditava, pois achei que não ganharíamos. Nessa mesma hora, a Aracy Martins²⁴ entrava porta adentro: “Nilma, nós ganhamos”. E as alunas: “Ehhhhhh!...” (risos) Gente, foi uma cena... uma cena... E eu abri a boca para chorar. E eu chorava, a Aracy chorava, Antônia chorava do outro lado da linha. Aí a Antônia foi explicar: “Olha, gente, nós não ganhamos tudo, não”. Nós conseguimos o bônus, nada de cotas. A gente estava pleiteando 10%. E estavam quase aprovando os dez, mas um colega da Medicina propôs 5% para o recorte racial. Então ficaram dez por cento para estudantes de escola pública e cinco por cento para pretos e pardos. Mas, gente, aquilo para a UFMG e o Programa Ações Afirmativas na UFMG, para o Movimento Negro e para a luta antirracista era uma vitória. E eu lembro de que eu coloquei a notícia no e-mail coletivo do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, “vitória na UFMG”, aí veio alguém mais realista do que o rei e disse “ah, mas isso é vitória, o bônus?”. Gente, é duro demais conviver com alguns dos nossos coleguinhas, não é? Então foi assim que a UFMG se movimentou e do bônus para cá toda a mobilização nacional foi acontecendo. O projeto nacional foi tramitando, ganhando adesões e incorporando. Em paralelo, a UFMG foi implementando o bônus e a gente pressionando o reitor para que pudéssemos acompanhar o que estava acontecendo. Nesse movimento foi que a UFMG criou uma comissão chamada CAIS (Comissão de Acompanhamento da Inclusão Social), responsável por acompanhar os estudantes ingressantes por bônus, e que tinha uma representante dos funcionários, Yone Gonzaga, uma representante dos estudantes, Fernanda Dias, algumas professoras, Marlise Matos, do Departamento de Ciência Política, Cláudia Mayorga, do Departamento de Psicologia, e Paula Miranda, do Departamento de Demografia, entre outros. A presença de Antônia Aranha como pró-reitora de Graduação à época foi fundamental para nossos

²⁴ Aracy Alves Martins é professora aposentada da UFMG, pesquisadora do GPELL (Grupo de Pesquisa do Letramento Literário) e do NERA (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Ações Afirmativas).

pequenos avanços, já que ela criou na Prograd (Pró-Reitoria de Graduação) um grupo que tabulava os dados referentes à política de bônus, que começavam a mostrar que os estudantes do bônus tinham um desempenho similar aos estudantes ingressantes por ampla concorrência. Nós queríamos também fazer um censo na universidade, mas tudo era muito difícil. Para tentar sensibilizar, trouxemos pessoas para conversar com a equipe interna da Reitoria: o Carlos Benedito (Carlão),²⁵ da Universidade Federal do Maranhão, e a professora Petronilha Beatriz,²⁶ que estava na Reitoria da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), trabalhando com as ações afirmativas. Enquanto a CAIS organizava atividades de divulgação para os estudantes que chegavam e eu atuava no Ações Afirmativas, o Supremo Tribunal Federal convocou a audiência pública sobre a constitucionalidade das cotas, que teve como desdobramento a promulgação da Lei nº 12.711, em 2012. Em função da promulgação da Lei, a UFMG, que já vinha sendo muito pressionada, foi obrigada a implementar [as cotas].

Rodrigo: Eu acho que em algum momento isso vai virar uma entrevista publicada porque é muita coisa.

Nossa, é muita coisa. Passa um filme na cabeça.

Sílvia: Nilma, gostaria de aproveitar o momento para fazer um elogio. É muito bom conhecer sua história e descobrir como sua luta impactou o que a gente vive hoje. Eu estou cursando uma disciplina sobre Ética em que discutimos muito acerca das interfaces entre o ativismo e o conhecimento acadêmico. Muitos autores, incluindo os professores da disciplina, argumentam que não precisamos, necessariamente, separar essas duas dimensões. Como já fui, muitas vezes, acusada de militante, (acusada não, nomeada e classificada), gostaria de ouvir você sobre esse aspecto.

Sílvia, obrigada pelo elogio. Eu sei que é sincero. Isso que você falou, de não fazer essa separação, é uma coisa pela qual eu sempre lutei no Ações Afirmativas. Eu sempre falei para o pessoal: “Gente, tudo o que fizemos aqui é produção do conhecimento”. Bem no início, nós tínhamos um livro chamado *Identidades e corporeidades negras*. Nós colocávamos todos os bolsistas dos projetos de extensão para escrever sobre suas experiências de extensão e sobre seus contatos com autores. Nosso primeiro livro, intitulado *Afirmando Direitos*, foi composto por uma das conferências do seminário que realizamos e outra parte escrita por

²⁵ Carlos Benedito Rodrigues da Silva, professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (pioneira no Brasil), Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFMA), foi Vice-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros.

²⁶ Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, professora emérita da Universidade Federal de São Carlos, por indicação do Movimento Negro foi conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, mandato 2002-2006, ocasião em que foi relatora do Parecer CNE/CP 3/2004 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

estudantes que figuraram como autores e coautores, junto com os professores. Colocamos a juventude toda para escrever. “Ah eu não sei escrever”. E a gente falava: “uma página que você escrever, tá bom”. Quase vinte anos depois, minha orientanda, Isis Silva Roza, defendeu uma tese sobre intelectuais negros e a questão dos NEABs. Ela entrevistou o Rodrigo e trabalhou com o primeiro artigo que ele escreveu e foi publicado no livro *Afirmando Direitos: “Morre mais um neguinho”*. Olha que bacana: o Rodrigo, meu querido amigo e parceiro de lutas políticas e acadêmicas, foi integrante do Programa Ações Afirmativas e hoje é professor da FAE/UFMG. Isso é muito bacana. Eu sempre falo isso e meus colegas de fora, às vezes, não entendem muito bem: “se nós estamos dentro da universidade, vamos produzir conhecimento vinculado à nossa ação política, à nossa vida, aquilo em que a gente acredita e luta”. Porque se a gente for organizar seminários, oficinas, palestras, cursos para professores da educação básica e para membros do movimento social, cursos de especialização e de aperfeiçoamento, temos que fazer tudo isso virar produção escrita também. Não apenas para divulgarmos o que estamos fazendo, mas para os nossos estudantes e docentes construírem currículo acadêmico. Embora atuássemos na graduação, nosso objetivo era o aprimoramento acadêmico de estudantes negros e negras com vistas à pós-graduação e, principalmente, que as pessoas fossem boas profissionais no lugar em quisessem estar. Mas a nossa aposta era a de que, seja para qual lugar estas pessoas fossem, elas realizariam a mesma perspectiva de ação afirmativa que tiveram a oportunidade de participar. Hoje a gente fala de outros conhecimentos, pós-coloniais, por exemplo, mas na realidade essas reflexões teóricas são o coroamento de práticas e de ações que nós já fazíamos, e que naquele momento não tínhamos categorias analíticas para nomear. Eu também sempre fui taxada de militante, de ativista. E fui taxada mesmo! E se hoje a gente tem essa coisa, igual o prêmio da SBPC²⁷ que recebi neste ano, isso pode ser considerado um avanço. Se fosse naquela época, em que eu não era vista como cientista ou pesquisadora, mas como uma professora que fazia ativismo dentro da Universidade, jamais ganharia um prêmio da SBPC (risos). Eu lembro de que uma vez eu estava em uma reunião na sala do DECAE (Departamento de Ciências Aplicadas à Educação) e colegas brancos e negros me questionaram sobre a atuação no Ações Afirmativas e sobre a minha escolha, como mulher e pesquisadora negra, de me dedicar especificamente ao campo das relações raciais e eu perguntei: “qual o problema em ser assim?”. Depois, uma das colegas me encontrou na cantina e falou: “Nilma, você quebrou minhas pernas, porque quando me perguntou qual era o problema, eu fiquei pensando, mas afinal de contas, qual é?”. Então, é isso. É jogar o crespo para cima e falar: eu fiz uma escolha na minha trajetória de vida, profissional e acadêmica! Hoje nós temos menos tensões, porque mais perfis como o meu e mais projetos emancipatórios foram chegando à universidade. Mais indígenas, quilombolas, pessoas do campo, pobres e periféricos entraram pela porta do direito que as ações afirmativas

²⁷ No dia 11 de fevereiro de 2022, Nilma foi agraciada com o Prêmio Carolina Bori Ciência & Mulher na área de Humanidades, outorgado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

abriram. Mas mesmo com essa mudança, às vezes eu me pego pensando assim: “ah, mas será que é isso mesmo?”. Porque esses discursos desqualificadores mexem com a gente, já que eles vêm acompanhados do racismo, do machismo e da aporofobia (porque a maioria de nós somos pobres) e isso mexe com a subjetividade das pessoas. Mas todas as vezes em que estava assim, muito para baixo, sempre procurava pessoas que tinham o mesmo perfil que eu para conversar. Eu nunca procurava quem não tinha esse perfil, porque é óbvio que eu iria escutar o contrário. E isso faço até hoje com as pessoas que me procuram, jovens que, como você, estão no ensino superior e sofrem muita pressão pelas suas escolhas políticas e acadêmicas.

Silvia: Muito obrigada por sua resposta Nilma. Nessa mesma pegada sobre o entendimento da implementação das cotas, gostaríamos de fazer mais uma pergunta. Como você acompanhou a implementação das cotas na UFMG a partir de 2013, período em que você já estava como reitora da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira)?

Naquele período da aprovação da Lei de Cotas em 2012, minha vida começou a dar uma guinada. Foi naquela época que comecei a estar em espaços de gestão; espaços que nunca pleiteei e nos quais nunca havia me visto. Me lembro até hoje que um colega que estava em Brasília me chamou duas vezes para ir para a SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) e eu falei: “Não, muito obrigada, mas eu não sou da gestão. Eu sou da produção de conhecimento, da pesquisa, da extensão e da articulação política com os movimentos sociais. Eu não sei ser gestora”. Por isso que digo que essa coisa de ser gestora, da dimensão política, veio até mim. Eu não a procurei. Ela veio até mim por causa da minha trajetória e das coisas que eu fazia. Primeiro veio o convite para participar da equipe de construção e produção dos documentos da Conferência Nacional de Educação Básica (CONEB, 2008) e das Conferências Nacionais de Educação (CONAE, 2010, 2014), depois a indicação do Movimento Negro e do Ministério da Educação (MEC) para integrar a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) e com isso o desafio de construir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Veio também toda a polêmica relacionada a Monteiro Lobato.²⁸ Depois veio uma atuação no Conselho com as discussões sobre direitos humanos e meio ambiente. Isso inaugurou outro momento da minha vida, com muitos deslocamentos, dificultando minha presença

²⁸ No ano de 2010, enquanto ocupava o cargo conselheira do Conselho Nacional de Educação, Nilma emitiu um parecer crítico sobre o livro *Caçadas de Pedrinho*, declarando que o seu conteúdo era estereotipado em relação ao negro e ao universo africano. Indicou, também, que algumas ações fossem tomadas a fim de que a obra não continuasse servindo como elemento naturalizador do racismo na sociedade brasileira. O referido parecer foi alvo de grande repercussão midiática e de inúmeras manifestações públicas, contra e a favor. Parecer disponível em: l1nq.com/KpvOF. Acesso em: 06 out. 2022.

constante no Ações. A presença de Vanda Praxedes²⁹ no Ações, naquele momento foi fundamental. Ela já estava no programa há muito tempo e segurava muitas coisas por lá. Foi minha amiga e parceira de primeira linha e me ajudou demais. É preciso reconhecer isso. Naquele momento, a equipe de docentes negros do Ações, junto com vários outros colegas brancos, nos ajudaram muito também. A propósito, nunca fui contrária à entrada de professores brancos no Ações, por achar que a luta contra o racismo é de todos e todas nós. Por isso nós trabalhávamos com as pessoas negras e com as pessoas não-negras antirracistas, que estavam abertas a rever o seu racismo. É preciso reconhecer que há lugares onde essas pessoas estarão que eu nunca estarei e nesses lugares são elas que terão legitimidade para falar. O racismo provoca isso e temos que saber lidar e jogar com essa situação. Vou dar um exemplo: um colega branco e combativo como o professor José Jorge de Carvalho, dependendo do espaço onde ele estiver falando sobre a questão racial, se posicionando favorável às ações afirmativas e denunciando o racismo, a fala dele terá mais peso do que a minha, e dependendo de onde eu estiver, a minha fala tem mais peso do que a dele. Para mim, isso não tem a ver só com os lugares de fala, mas com a estrutura do racismo da nossa sociedade. Então se o racismo faz isso para nos retirar direitos, para nos inferiorizar e deslegitimar, creio que o que temos que fazer é agir na contramão: pegar os elementos raciais usados como critérios para discriminar e inferiorizar e tratá-los de modo afirmativo, resignificando política e sociologicamente a raça, usando-a como critério para incluir. Por isso penso que, se temos pessoas brancas antirracistas, que estão revendo sua postura, devemos agregar essas pessoas na luta contra o racismo, desde que elas saibam de quem é o protagonismo dentro dessa luta. Se, porventura, elas se esquecerem, nós vamos lembrá-las. E se tivermos que lembrar muitas vezes, e elas começarem a ficar muito chatas, elas saem (risos). É assim. Tudo isso para dizer que o Ações já começou com professores negros e brancos. Alguns deles tinham competências que nós não encontrávamos nos professores negros do nosso grupo. Por exemplo, até trazermos Aracy Martins para nosso grupo, não tínhamos professores negros com a competência na área de leitura e produção de textos acadêmicos. Atuando no Ceale (Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita) e no Ações, Aracy falou: “olha, eu não dou conta de dar aula para três turmas”. E eu disse a ela: “Aracy, quem você tem no Ceale que você poderia trazer para nós?”. Aracy respondeu: “Eu tenho dois colegas [docentes]: o Rildo Cosson e a Marildes Marinho (in memoriam). São dois colegas brancos”. Convidamos os dois para uma conversa. Rildo tinha acabado de chegar na FaE e estava muito animado para fazer alguma coisa. Se encantou pelo Ações Afirmativas e ele e Marildes passaram a incorporar a equipe, trabalhando com estudantes negros da graduação. Depois eles nos contaram que essa experiência foi um grande impacto, porque foi a primeira vez que tiveram contato com um grande grupo de estudantes negros dentro

²⁹ Vanda Lúcia Praxedes é professora pesquisadora da Universidade Estadual de Minas Gerais e pesquisadora do Programa Ações Afirmativas na UFMG e dos Núcleos de Pesquisa sobre relações étnico-raciais e Ações Afirmativas NERA e GEIQ.

da universidade e com tudo que o racismo traz. Acredito que, com isso, para onde essas pessoas fossem, elas começavam a levar esta lógica, esta discussão sobre as ações afirmativas. Elas começaram a se posicionar, e um posicionamento de uma pessoa branca naquele momento, em que a hegemonia era contra cotas, era muito forte para nós. Isso é pensar politicamente. Quando estava me preparando para ir para a Reitoria da UNILAB, eu tive uma surpresa muito grande. Fizeram uma reunião na FaE e havia muitos colegas presentes, colegas que eu nem imaginava que reconheciam minha trajetória. Fizeram uma bonita despedida em que eu chorei demais. Foi muito lindo. Logo em seguida, eu chamei uma reunião com o pessoal do Ações e disse: “Rodrigo, eu passo a bola pra você” (risos). E passei para ele, que tinha acabado de entrar [como docente] na UFMG, e para Shirley Miranda³⁰, uma grande amiga e parceira, que faz toda uma revisão sobre seu lugar de mulher branca na sociedade e que sabe que, apesar de ter a negritude inscrita em sua vida, na sua família, na sua forma de produzir e agir academicamente e politicamente, é socialmente lida como uma pessoa branca. Então foi assim que eu passei o Ações para Rodrigo e Shirley e fui para a UNILAB.³¹ Por lá eu acompanhei mais à distância a discussão aqui na UFMG. Acompanhei de perto a gestão de Antônia, porque ela estava na Prograd e é minha amiga. Com o Rodrigo no Ações e depois na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), acompanhei algumas coisas, mas sentia que o pessoal me poupava um pouco (risos). Então ficava sabendo mais sobre o Ministério da Educação, das pesquisas realizadas sobre desempenho de estudantes cotistas, dos problemas que enfrentávamos para garantir a permanência desses estudantes, dos processos de chegada às universidades de estudantes indígenas e quilombolas, o que me parecia um “problema saudável” para o Ministério da Educação resolver. Acompanhei, já como Reitora pró-tempore da UNILAB, o surgimento da bolsa permanência, o fortalecimento do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e o aprofundamento dos debates em torno da assistência estudantil. Importante dizer que a UNILAB nasceu em 2010 sem cotas, mas implementou as cotas em 2012. Às vezes eu penso a UNILAB como um grande Ações Afirmativas na UFMG em nível internacional, porque várias questões que eu enfrentava na UFMG, dentro do Ações, encontrava na UNILAB, mas elevado à décima potência. Por isso, nos dois anos que fiquei na UNILAB, foquei nos problemas políticos internos da universidade que, naquela época, eram tremendos, e imagino que hoje não seja muito diferente. Apesar das diretrizes da UNILAB, o que observávamos é que boa parte das pessoas que estavam entrando na universidade como docentes e técnico-administrativos não tinham nada a ver com aquelas diretrizes; não eram nem pessoas brancas antirracistas e nem pessoas negras

³⁰ Shirley Aparecida de Miranda é professora da FaE/UFMG e integrante da equipe de docentes do Curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas (licenciatura).

³¹ Nilma Lino Gomes foi reitora pró-tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) entre os anos de 2013 e 2015. Ao se licenciar da UFMG no ano de 2013, passou a coordenação do Programa Ações Afirmativas na UFMG para Rodrigo Ednilson de Jesus e Shirley Aparecida de Miranda.

com consciência racial. Mas quando olhávamos para os estudantes, étnica e culturalmente diferentes entre si, que muitas vezes não se encontravam no continente africano, mas isso veio a acontecer dentro da UNILAB, reconhecíamos uma grande diversidade. Além dos estudantes caboverdeanos, moçambicanos, angolanos, são-tomenses, guinenses, tínhamos também os timorenses, que vieram para a UNILAB em razão da aproximação com a língua portuguesa. A essa grande diversidade internacional se juntavam os estudantes brancos pobres e os estudantes negros pobres do Nordeste do país, que vinham para a UNILAB em razão de sua proposta e por causa do SISU (Sistema de Seleção Unificada). Totalmente envolvida nesta grande proposta de ações afirmativas, que era a gestão da UNILAB, o Ações foi ficando cada vez mais com Rodrigo e com Shirley. Ainda que de longe, acompanhei as mudanças vividas pelo Ações Afirmativas e pela criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, resultado da luta dos estudantes, docentes e técnicos-administrativos da universidade e de outras pessoas. A ida de Rodrigo para a recém-criada PRAE, como pró-reitor adjunto, possibilitou que parte considerável da dinâmica e da metodologia do Ações Afirmativas tenha sido levada para dentro da Pró-Reitoria, possibilitando que as ações afirmativas como políticas acadêmicas começassem a encontrar um lugar institucional na UFMG. Para mim, ainda não é o lugar que elas deveriam ocupar, mas é melhor do que já foi, pois, além dos efeitos na própria PRAE, como a gestão da assistência estudantil – com um debate mais qualificado do que outras pró-reitorias de assistência estudantil que eu conheço –, vai tendo efeitos em outras instâncias internas da Universidade. Vejo na PRAE um movimento que, óbvio, tem a ver com a equipe que está na PRAE e com a concepção de uma Reitoria mais favorável à discussão e à implementação das ações afirmativas, mas também com a presença, pela primeira vez, de pessoas negras nesses lugares. Antônia foi uma das primeiras, se não a primeira pró-reitora negra da UFMG. Depois vieram Rodrigo e Licínia³², como pró-reitores adjuntos da PRAE. Hoje, Licínia é a titular dessa Pró-Reitoria e Shirley Miranda é a adjunta. Assim, os movimentos estudantis vão construindo espaços, ampliando e fortalecendo os coletivos dos estudantes negros dentro da UFMG e nas mais diversas universidades brasileiras. Penso que tudo isto também é resultado dessa mexida que as cotas raciais trouxeram para a universidade. Naquilo que o Ações Afirmativas na UFMG se propôs a fazer inicialmente, vejo que ele conseguiu um grande avanço, ao viabilizar a incorporação de vários de seus objetivos na institucionalidade da universidade; mesmo que isso nem sempre seja referenciado ao Programa Ações Afirmativas na UFMG. Outra força importante para o avanço das ações afirmativas na UFMG, e fora dela, são os jovens e as jovens negros e não negros que chegaram com tudo, trazendo sua corporeidade, sua estética, seus conhecimentos, sua cultura, sua religiosidade, suas orientações sexuais e suas orientações político-ideológicas, fazendo com que esta universidade, que era uma torre de marfim, começasse a se quebrar, precisando construir outra coisa no lugar. Penso, por isso,

³² Licínia Maria Correa é professora na Faculdade de Educação e atualmente pró-reitora de Assuntos Estudantis na Universidade Federal de Minas Gerais.

que estamos nesse momento de construção de outra coisa no lugar, mais em função da ação desses sujeitos do que em função das ações institucionais. Mas e agora, o que nós temos? Nós temos um período dramático, porque aquilo que podíamos ter avançado está em ritmo lento, em função do contexto nacional que estamos vivendo desde o golpe em 2016 e depois com a extrema direita em 2018. As lutas internas continuam, mas hoje as lutas pela sobrevivência do ensino superior público são cada vez mais necessárias, já que estamos lutando contra o fascismo, contra os horrorosos cortes orçamentários e pela retomada da democracia. Fiquei sabendo que os reitores bolsonaristas dentro da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), que já tinham se retirado da associação, fundaram uma nova associação de reitores, apoiados pelo Ministério da Educação. Olha o nível em que nós chegamos. O que será das ações afirmativas, da Lei nº 12.711 dentro dessas instituições? Estamos no ano de 2022, em que a Lei de Cotas vai passar pela revisão e, por isso, há uma tensão dentro dos movimentos sociais. Por isso, penso que quando acontece esse rompimento com a ANDIFES, é sinal de que esses reitores e reitoras estão se organizando para dar uma resposta à direita sobre o que estamos fazendo com a Lei nº 12.711. Sou da opinião de que a gente não pode ficar calado. Estamos na luta e nesse momento eu estou super envolvida com as lutas dentro do Congresso, com os projetos de lei e, especialmente, com a apresentação de um projeto de continuidade para a Lei nº 12.711/2012. Então é por isso que eu não consegui acompanhar de perto a UFMG, mas fui acompanhando a discussão das ações afirmativas e das cotas raciais de uma maneira mais geral e depois mais localizada na UNILAB. Depois que eu saí da UNILAB e fui para a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) e depois para o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, o negócio tomou outro rumo. Já não estava pensando em uma instituição, em específico, mas no Brasil. O desafio era implementar uma política de igualdade racial, incluindo a política de cotas, em escala nacional. Ao mesmo tempo permanecia vinculada ao Ações, pois sempre quando havia questões em que eu podia contribuir, Rodrigo e Shirley me demandavam e eu entrava como escuta ativa e atenta; sempre com muito cuidado porque eu entendia que, à medida que a coordenação saiu das minhas mãos eu poderia ajudar, mas nunca coordenar de fora. A nova coordenação pode, inclusive, tomar decisões com que eu não concordo e que não tomaria, mas, jamais vou impedir ou emperrar os novos rumos do Programa, mesmo porque o Ações vive agora um outro momento: são outras pessoas, a pesquisa chegou com muito mais força, temos muitos estudantes entrando para a pós-graduação. Fiz parte da primeira proposta do Afirmção na Pós, com recursos da Fundação Carlos Chagas e a articulação de Fúlvia Rosemberg (in memoriam) e Luiz Alberto, mas na UFMG as outras edições do Afirmção na Pós ganharam vida própria. Então, estão vendo, o Ações fez assim (fez um movimento com as mãos demonstrando ampliação). Ele saiu de um programa de pesquisa, ensino e extensão e impactou um campo político mais amplo, participando da história recente das ações afirmativas. Mais recentemente, Rodrigo e Shirley saíram da coordenação

e chegou Natalino Neves³³. Imaginem: Natalino foi meu primeiro bolsista de extensão e agora ele é coordenador, que está procurando constituir de uma outra forma o Programa, trazendo técnicos-administrativos e professores de outras instituições para compor esse conselho gestor. Não adianta ficar com saudosismo. Agora é um novo momento!

Natália: Nilma, você sabe que a gente poderia ficar o dia inteiro te escutando, não é? Maravilhosa como sempre (risos). Temos uma última questão que, embora já tenha se aproximado dela, queríamos um aprofundamento. Como você avalia este momento de balanço das ações afirmativas na UFMG e no Brasil, considerando os avanços e os desafios?

Acho que o momento atual exige que a UFMG se posicione firmemente a favor da continuidade da Lei nº 12.711/2012 e que, a partir de sua experiência, traga contribuições para a melhoria do texto da Lei. Confesso que fomos pegos de surpresa com o projeto de lei assinado por Valmir Assunção, Benedita da Silva e Carlos Zarattini.³⁴ Trata-se de um projeto complexo, que propõe a prorrogação da Lei por 50 anos. No projeto, há muita coisa que achamos não ser necessário, ou que precisaria ser melhor trabalhado, e que por não ter sido discutido conosco, ou com pessoas que eu conheço da luta antirracista, não pudemos contribuir. Certamente foi discutido com algum outro grupo que nós ainda não sabemos, já que é um projeto do Partido dos Trabalhadores e que teve adesão de uma série de outros deputados e deputadas do próprio PT e de outros partidos de esquerda. Então agora trata-se de aderir e trabalhar com o relator, deputado Bira do Tamandaré, do Maranhão, para que o projeto seja aperfeiçoado por meio de audiências públicas, preferencialmente. É preciso debater o projeto e não ter pressa de aprová-lo, porque a configuração atual de forças é muito difícil. Por outro lado, se o relator acha que tem votos para fazer passar, aí vai à plenária. Mas nós estamos no fio da navalha, porque a gente não sabe o que a direita está planejando. E esse contexto afeta as universidades, mesmo considerando que elas têm autonomia universitária para dar continuidade à política de cotas. Fato é que, mesmo antes da Lei, muitas universidades já estavam implementando políticas de cotas, o que evidencia que elas não precisam da Lei para fazer isso. A diferença é que, com a promulgação da Lei, ela institucionaliza para todos e todas e não deixa ao sabor dos ventos. É por isso que digo que o contexto de agora é antagônico e pouco favorável. Nesse contexto, temos que tomar

³³ Natalino Neves da Silva, professor da FaE/UFMG, é coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa Afrodiáspora e Educação (GepeAfro), pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-raciais e Ações Afirmativas (NERA) e integra a Coordenação do Núcleo Gestor do Programa Ações Afirmativas na UFMG.

³⁴ Os deputados filiados ao Partido dos Trabalhadores Valmir Assunção (BA), Benedita da Silva (RJ) e Carlos Zarattini (SP) apresentaram o projeto de Lei nº 3.422/2021 na Câmara dos Deputados, que propõe a prorrogação pelo prazo de 50 anos da Lei de Cotas, legislação que permite o acesso às instituições de educação superior de estudantes negros (pretos e pardos), indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. De acordo com o texto do projeto assinado pelos parlamentares acima, o pedido de extensão da vigência da legislação é essencial porque a Lei de Cotas nas Universidades (Lei nº 12.711/2012) prevê que o programa seja revisto no prazo de dez anos.

decisões que não sabemos muito bem como fazê-las. Alguns colegas, por exemplo, acham que não devemos fazer nada nesse momento, esperando as eleições chegarem e torcendo para que tenhamos outra configuração, mais favorável, no próximo ano. Esperamos que sim e lutamos por isto. Contudo, não podemos esquecer que não basta mudar a presidência, pois precisamos também mudar o Congresso Nacional. Será o Congresso que vai fazer essa discussão e vai votar. E se tivermos um Congresso com uma configuração de forças pior do que a atual? Então é muita coisa a se considerar: “se correr o bicho pega e se ficar o bicho come”. Avalio que é preciso que as pessoas saiam dos seus lugares de conforto e se expressem. Nós precisamos que os estudantes egressos das cotas apareçam, que os estudantes cotistas e não cotistas favoráveis à luta apareçam, que os docentes e os técnico-administrativos apareçam. Precisamos que as universidades se posicionem favoravelmente e que essas vozes comecem a ressoar na sociedade brasileira. Do contrário, fica parecendo que não há concordância com a continuidade. Mas ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que nós estamos em um momento de muitas frentes de lutas e tem hora que não damos conta de tudo. Temos que lutar pelas cotas, mas também temos que lutar contra o negacionismo e pelos recursos financeiros. Temos que nos posicionar contra a reforma trabalhista, pensar nas eleições e nas campanhas. Temos que formar quadros, lutar pelas candidaturas de mulheres negras, contra o fascismo, contra a violência... ufa! Estão vendo? As pessoas que estão nesse campo emancipatório de lutas estão em muitas frentes ao mesmo tempo e, por isso, nem dá para cobrar e dizer que as pessoas não estão ligando para a pauta específica das cotas, já que muitas vezes essas pessoas estão vinculadas a uma questão ainda mais urgente dentro do campo emancipatório. Além de tudo isso, não podemos ignorar o contexto de adoecimento, de depressão, de perda de pessoas queridas no contexto da covid-19. Tudo isto marca a subjetividade das pessoas que vão precisar de um tempo para se fortalecer e se refazer. O que identifico como algo positivo é que, hoje, temos mais forças emancipatórias favoráveis às ações afirmativas, às cotas e à continuidade da Lei; coisa que nós não tínhamos quando começamos os debates. Então, a própria existência das ações afirmativas – na modalidade cotas – nas universidades e nos concursos públicos, a existência da Lei nº 10.639/2003 alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, das políticas de igualdade racial; tudo isso em conjunto criou um contexto e um clima favorável que pode contribuir para fazermos o debate racial avançar no campo emancipatório. É isso.

Natália, Sílvia e Rodrigo: Nilma, muito obrigada por esta rica entrevista. Ficou fantástica!

Nilma Lino Gomes

Pedagoga e mestra em Educação pela UFMG, doutora em Antropologia Social pela USP e pós-doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra e em Educação pela UFSCAR. Professora titular da Faculdade de Educação e emérita da UFMG, integra o corpo docente permanente da pós-graduação em Educação. É bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPQ e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-raciais e Ações Afirmativas (NERA/CNPQ). Foi Coordenadora Geral do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas na UFMG (2002 a 2013); integrou a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) (2010-2014); foi reitora pró-tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB (2013-2014); Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR (2015) e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (2015-2016) do governo da presidenta Dilma Rousseff. É membro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN).

nilmalinogomes@gmail.com

Rodrigo Ednilson de Jesus

Graduado em Ciências Sociais, mestre em Sociologia e doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Entre 2019 e 2020 realizou o pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em Portugal, investigando o tema ações afirmativas, heteroidentificação racial e identidade nacional no Brasil. Atualmente é integrante da linha de pesquisa Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas no Programa de Pós-graduação em Educação da UFMG e presidente da Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão Social da UFMG.

rodrigojesusufmg@gmail.com

Natália Silva Colen

Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutoranda e mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da FaE/UFMG, na linha de pesquisa Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas. Especialista em Políticas Públicas pela UFMG. É Analista de Políticas Públicas na Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte.

colennatalia18@gmail.com

Silvia Regina de Jesus Costa

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão social da FaE/UFMG, onde integra a Comissão de Ações Afirmativas. Possui graduação em Pedagogia e mestrado em Educação, também pela FaE/UFMG. É professora do ensino

fundamental da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. Atuou como professora e tutora do Curso Educação Escolar Quilombola, do projeto Afirmando Direitos.

silviarjcosta@gmail.com